



## Lisboa nos anos de 1778 segundo o Diário de William Beckford

## Lisbon in the years 1778 according to the Diary of William Beckford

**Dra. Raquel Henriques da Silva**

**Como citar:**

SILVA, R.H. da. Lisboa nos anos de 1778 segundo o Diário de William Beckford. *MODOS. Revista de História da Arte*. Campinas, v. 3, n. 2, p.28-42, mai. 2019. Disponível em: <<https://www.publonline.iar.unicamp.br/index.php/mod/article/view/4202>>.

DOI: <https://doi.org/10.24978/mod.v3i2.4202>

Imagem: Igreja e claustro da Ordem Terceira de São Francisco de Salvador, séc. XVIII. Pormenor: Vista de Belém, com a Torre de Belém em primeiro plano, o Mosteiro dos Jeronimos ao fundo e o palácio dos Marquesses de Marialva à esquerda. Foto: Luiz Freire.

## Lisboa nos anos de 1778 segundo o Diário de William Beckford\*

Lisbon in the years 1778 according to the Diary of William Beckford

Dra. Raquel Henriques da Silva\*\*

### Resumo

William Beckford (1760-1844) é uma personalidade fascinante da cultura inglesa na transição do século XVIII para o século XIX, celebrizado pelo modo como exibiu a sua imensa riqueza, pelo escândalo provocado pela sua denunciada homossexualidade, mas também pelas obras literárias que escreveu, particularmente *Vatheck*, onde manifesta a atracção e o gosto pelo exotismo orientalista, característico da estética romântica. Este homem extraordinário - que, na infância, tocou piano com Mozart, foi aluno do arquitecto William Chambers e do pintor Alexandre Cozens - aportou a Lisboa, em 1787, interrompendo uma viagem apenas começada que o devia ter conduzido à Jamaica onde residia o essencial da riqueza da família. Durante esta primeira estadia, entre 1787 e 1788, Beckford manteve um diário que publicou parcialmente, com consideráveis alterações, quase no final da vida (*Italy; with Sketches of Spain and Portugal*, 1834). Em 1954, Boyd Alexander, o seu mais importante biógrafo, publicou *The Journal of William Beckford in Portugal and Spain, 1787-88*, divulgando, pela primeira vez a fonte de onde os *Sketches* foram retirados. Neste trabalho, utilizarei a tradução portuguesa do referido *Journal* (realizada por João Gaspar Simões e revista para a 2ª edição de 1983) para detectar a imagem de Lisboa que ele nos propõe. Surpreendentemente, Beckford parece não ter compreendido a reconstrução de Lisboa depois do Terramoto a que, aliás, nunca se refere. Para ele, a alma da cidade é arcaica, simultaneamente fradesca e mourisca, exprimindo-se no brilho cenográfico das igrejas, onde vai ouvir música, ou nos interiores dos palácios, onde os rituais de vida são marcados por uma proximidade chocante entre senhores e serviçais. A aproximação a Lisboa, através de um texto eminentemente literário tem os seus riscos. No entanto, dispõe de ampla bibliografia que usarei com liberdade. Cite-se, por exemplo, a obra clássica de Kevin Lynch, *A imagem da cidade* de 1960, nomeadamente conceito de "imaginabilidade" como determinante da apreensão e fruição do espaço público. Outra obra fundamental, para a mesma questão, é a reflexão de Bruno Zevi, no artigo "L'Urbanisme" da *Encyclopédie Universalis*, 1968, que estruturou em conjunto com Françoise Choay. Nestes, e noutros textos fundadores, detecto uma coincidência desafiante entre a "alma" e a "imagem" das cidades históricas, como é o caso de Lisboa. Beckford captou-as com eficácia, utilizando para isso dois poderosos instrumentos: a vista e a escrita, articuladas com falante energia.

### Palavras chave

Imaginabilidade; William Beckford; literatura de viagem; Cidade; Lisboa.

### Abstract

William Beckford (1760-1844) is a fascinating character of English culture at the turn of the 19<sup>th</sup> century. The way he showed off his fabulous wealth and the scandal of his publicly reported homosexuality earned him celebrity status, but he was also recognized for his literary works. His most famous novel, *Vatheck*, shows his attraction to oriental exoticism, a characteristic of romantic aesthetics. This extraordinary man – as a child he played piano with Mozart and was taught by the architect William Chambers and the painter Alexander Cozens – set foot in Lisbon in 1787. He was thus interrupting a recently initiated trip supposedly headed for Jamaica, base of his family's wealth. During this first stay, between 1787 and 1788, Beckford kept a diary which he published partially and with significant changes towards the end of his life (*Italy; with Sketches of Spain and Portugal*, 1834). In 1954 Boyd Alexander, his most noted biographer, published *The Journal of William Beckford in Portugal and Spain, 1787-1788*, making known for the first time the source of the *Sketches*. For the purpose of this paper I will use the Portuguese version of the *Journal* (translated by João Gaspar Simões and revised in its 1983 2<sup>nd</sup> edition) in order to piece together the image of Lisbon suggested by Beckford. Surprisingly, he does not seem to have understood the reconstruction of Lisbon after the 1755 earthquake, a programme he never even mentions. To him, the soul of the city is archaic, infused with convent culture and Moorish at the same time. It expresses itself in the scenographical glow of the churches that he goes to so that he can listen to music, or inside the palaces where he finds life's rituals marked by the shocking proximity between masters and servants. Trying to understand Lisbon through a mostly literary text has its pitfalls. My approach, though, will resort freely to the abundant related bibliography. I will cite, for instance, Kevin Lynch's 1960 classic *A imagem da cidade*, particularly for its use of the concept of "imaginability" as a key factor to apprehend and enjoy public spaces. Equally essential in this sense is Bruno Zevi's reflection in "L'Urbanisme" an article for the 1968 *Encyclopédie Universalis* which he wrote jointly with Françoise Choay. In these, as in other landmark texts, I detect a challenging coincidence between the "soul" and the "image" of historical cities like Lisbon. Beckford captured them successfully through the use of two powerful tools, sight and writing, handled together with eloquent energy.

### Keywords

Imaginability; William Beckford; Travel's Literature; City; Lisbon.

O *Diário* da primeira estadia de William Beckford em Portugal refere-se ao ano de 1787, precisamente entre Maio e Novembro. D. Maria I reinava há dez anos e a situação do país apresentava, em geral, indicadores positivos, fruto de uma dupla aparentemente contraditória: por um lado, o dinamismo centralista criado pelas políticas pombalinas, por outro, a descompressão social e ideológica ocorrida com o afastamento do próprio Marquês de Pombal. São estes os anos do fisiocratismo no campo económico, articulado com o pensamento e a investigação científica, através, por exemplo, da actividade da Academia Real das Ciências, fundada em 1779 e dirigida por personalidades notáveis como o Duque de Lafões, Domingos Vandelli e o Abade Correia da Serra. Também em 1779 é criada a Aula Pública de Debuxo e Desenho no Porto, seguida, no ano seguinte, da Academia do Nu em Lisboa, instituições importantes, embora de frágil desempenho, em prol da normalização do ensino artístico (Ramos, 2010).

No entanto, a modernização de Portugal, nesse final do Antigo Regime, não aflora no *Diário*. Pelo contrário: como outros visitantes estrangeiros, que então escreveram sobre Portugal, o que impressiona Beckford são as marcas de um atraso civilizacional que, com alguma razão de ser, relacionava com a posição geográfica periférica e, mais determinadamente, com o peso da religião católica. Por outro

lado, interessa salientar que o *Diário* é isso mesmo: um registo pessoal, comprometido com a vida de quem o escreve que, só em 1834, foi parcialmente publicado como *Sketches em que Portugal era mero capítulo, entre Itália e Espanha*. Beckford tinha, nesse ano de 1787, 26 anos e atravessava um período difícil da sua acidentada vida. Perseguido em Inglaterra, pelo escândalo de uma aventura homossexual, recentemente viúvo, ele ambicionava recuperar o estatuto social e político adequado à sua imensa riqueza e brilhantismo intelectual. O relacionamento com o Marquês de Marialva, Camareiro-Mor da Rainha, permite-lhe acalantar o projecto de recuperar a dignidade social perdida em Inglaterra, confrontando os seus inimigos e a sua poderosa diplomacia. Esta intriga absorve e determina a estadia, e o *Diário*, bem como, naturalmente, a própria vivência da cidade. Mesmo assim, Beckford delinea uma panorâmica admirável, propondo-nos uma Lisboa que, mais de dois séculos depois, continuamos a reconhecer. Não pela exactidão da evocação, mas porque ele captou o que são componentes fundamentais da “imaginabilidade” de uma cidade. Este conceito, proposto por Kevin Linch (1982)<sup>1</sup> é determinante para o entendimento do amor que continuamos a investir nas cidades históricas, envolvendo componentes complexas e imprecisas que Argan definiu, creio que definitivamente, em 1969:

Por cidade não se deve entender apenas um traçado regular dentro de um espaço, uma distribuição ordenada de funções públicas e privadas, um conjunto de edifícios representativos e utilitários. Tanto quanto o espaço arquitectónico, com o qual de resto se identifica, o espaço urbano tem os seus interiores. São espaço urbano o pórtico da basílica, o pátio e as galerias do palácio público, o interior da igreja. Também são espaços urbano os ambientes das casas particulares; e o retábulo sobre o altar da igreja, a decoração do quarto de dormir ou da sala de jantar, até o tipo de roupa e de adornos com que as pessoas andam, representam o seu papel na dimensão cénica da cidade. Também são espaços urbano, e não menos visual por serem mnemónico-imaginárias, as extensões de influência da cidade além dos seus limites: a zona rural, de onde chegam os mantimentos para o mercado da praça, e onde o cidadão tem as suas casas e propriedades, os bosques onde ele vai caçar, o lago ou os rios onde vai pescar; e onde os religiosos têm os seus mosteiros, e os militares as suas guarnições. O espaço figurativo, como demonstrou muito bem Francastel, não é feito apenas daquilo que se vê, mas de infinitas coisas que se sabem e se lembram, de notícias. Até mesmo quando pinta uma paisagem natural, um pintor está pintando, na realidade, um espaço complementar do próprio espaço urbano (...) (Argan, 1998: 43)<sup>2</sup>.

Beckford não descreveu nem pintou Lisboa. Vivenciou-a tumultuosamente e escreveu-a em apontamentos dispersos de grande qualidade literária. O que me proponho fazer é tão só destacar componentes da escrita dessa esplendorosa vista sobre Lisboa.

### **Aproximação: uma cidade descentrada, vista sobre o Tejo**

O primeiro traço que deve ser destacado é o facto da Lisboa de Beckford ser descentrada, em relação à sua imagem tradicional, colhida em plantas e mapas, mais ou menos rigorosos. Embora com frequência percorra ou margine a “Grande Praça” (também designada por Terreiro do Paço e, mais raramente, por Praça do Comércio) o eixo da sua vivência e dos seus trajectos mais habituais, gira entre a casa em que se instalou, na Rua da Cova da Moura, próxima do Palácio das Necessidades (1988: 194) e o Palácio do seu amigo, o Marquês de Marialva<sup>3</sup>, que lhe fora oferecido “pelo rei, depois de ele ter perdido o palácio do Loreto” (*Diário...*, 1983: 37)<sup>4</sup>. Para aceder a esta casa, também designada

por “Quinta da Praia”, passava-se “em frente das veneráveis arcadas do Convento de Belém” (p. 37), ou seja, os Jerónimos.



Fig.1. “Belém” in MAGALOTTI, Lorenzo, Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669) / edición y notas por Angel Sánchez Rivero y Angela Mariutti de Sánchez Rivero. - Madrid: Sucesores de Rivadeneyra, [1933]. Estampa LV, Biblioteca Nacional de Portugal.

O Palácio - localizado no limite sul do actual Centro Cultural de Belém – tinha *loggias* (“a que os portugueses chamam *varandas*”) “do alto das quais se desfruta a vista fresca e umbrosa de uma horta bem irrigada” (p. 37). Do outro lado, abria-se “a vista do mar, com a Torre de Belém a emergir das águas” (p. 38). Beckford afirma que, “as águas do Tejo” vinham “embater” contra as *varandas* do palácio, “franqueadas por torreões”. Dali viam passar “grandes barcos (...) que quase nos tocavam com as suas

flâmulas”, acrescentando que “as pequenas fragatas e as naus de grande envergadura chegam às vezes a passar a seis metros do palácio” (p. 164).

Centrando-se nesta Casa, onde os seus afectos lisboetas residiam, Beckford, partia, pelos fins de tarde, em passeio. Os mais frequentes, conduziam-no, para oriente, ao Palácio de Marvila (Matos; Paulo, 1999), propriedade também dos Marialva (p. 50, 69, 77); para ocidente, “ao longo da costa de Belém”, com paragem no Convento de S. José da Ribamar, em Algés (p. 41, 47) com raros avanços até Caxias (p. 53-55) e Paço d’Arcos (p. 61). Da mesma Quinta da Praia, ou de sua casa, partiu para Sintra e Mafra, marginando, a Real Barraca da Ajuda e o Jardim Botânico.

Foi ao longo dos trajectos junto ao Tejo, ou abrindo-se ao mar, que Beckford foi conquistado por Lisboa, entendida por essa paisagem de borda suave do mundo. A sua componente mais eloquente é a beleza rude da vegetação - os aloés “que brotavam dos areais do mar”, ali em Belém; ou o “ermo coberto de murtas, loendros e giestas” perto do Convento de Nossa Senhora da Boa Viagem (p. 41, 54) – “as ondas prateadas” das pequenas praias para lá de Algés, ou o largo Tejo que, frente à Quinta de Marvila, “tem cerca de nove milhas de largura”, trazendo-lhe à memória “o lago de Genebra”, também pelo “contorno azulado das montanhas distantes” (p. 50).

No dia 30 de Junho de 1887, no regresso da Quinta de Marvila, “à serena luz da lua cheia”, o relato é especialmente empolgante:

Lisboa, sob esta suave claridade, parecia outra. As escadarias, os terraços, as capelas e os pórticos de muitos conventos das margens do rio brilhavam como edifícios de mármore e as fragosas rochas e os pobres telheiros que avultavam perdiam-se em negras sombras (p. 77).

Ao ler esta extraordinária arquitectura escrita, tem-se vontade de a identificar – o Convento da Madre de Deus, sem dúvida, talvez o de Santa Apolónia, bem como o seu forte, já alguns edifícios pombalinos como o Terreiro do Trigo? – mas, simultaneamente, surge a questão: e o Terramoto?

### **A invisibilidade do terramoto e da reconstrução de Lisboa**

Seria expectável que o temperamento romântico de Beckford se tivesse interessado pela narrativa do terramoto de Lisboa de 1755, cujas consequências eram a razão fundamental da cidade descentrada em que viveu, com a vida política em grande parte deslocada para Belém. Infelizmente para nós, assim não aconteceu. As poucas referências ao tema, surgem através de breves esclarecimentos dos seus amigos que ele não parece solicitar nem desejar ampliar. Uma única vez, deu ele voz a um sentimento de perda: no regresso de Marvila, já evocado, talvez perante a sua surpresa pela majestade que encontra na arquitectura da beira-rio, o Marquês de Marialva evocou “a magnificência das óperas de D. José, quando sessenta cavalos e duzentos soldados costumavam aparecer ao mesmo tempo em palco”. Tudo fora “destruído”, “quando da conflagração que se seguiu ao terramoto”<sup>5</sup>, e, pelas mesmas razões, “os Marialvas perderam a sua galeria de pintura, as suas ricas joias e curiosas pratas”. Acrescenta que “segundo toda a gente me tem dito, Lisboa era a cidade do mundo com mais porcelanas do Japão e curiosidades indianas” (p. 78).

O tema é retomado mais tarde, no dia em que “convenci o meu amigo que me levasse no seu carro de duas rodas através de Lisboa”. Subiram, através de “íngreme ladeira”, “por entre montões de pedra e arcos despedaçados, ruínas provocadas pelo terramoto” que, estranhamente, não motivam a sua reflexão sonhadora<sup>6</sup>. Chegaram ao “Bairro Alto” que ele descreve assim: “O Bairro Alto é um largo irregular, no topo de uma alta colina, cercada de igrejas e palácios e embelezados por uma imponente fonte” (p. 163). Esta rigorosa descrição respeita, evidentemente, não ao Bairro Alto mas ao Chiado, permitindo conjecturar que essa seria a designação toponímica corrente entre os seus amigos<sup>7</sup>.



Fig.2. Alexandre-Jean Noel (1752-1834), *Lisboa e o Tejo vistos de Almada*, guache, 46,5 x 73 cm. Fonte: Fundação Ricardo Espírito Santo Silva.

O Marquês mostrou-lhe então “os escombros do que fora outrora o seu sumptuoso palácio, onde havia muitas e importantíssimas pinturas de Rubens e dos primitivos, ouro e prata, tapeçarias, tapetes persas de dezoito a vinte e dois metros de comprimento que ficaram completamente destruídos” (p. 163). Mas

esta evocação do que se perdeu não terá sido acompanhada de qualquer referência à intenção de reconstrução do palácio que parece ter existido (Matos, 1999: 14-19)<sup>8</sup>.

Sem curiosidade sobre o terramoto, Beckford nunca menciona também a reconstrução de Lisboa que estava a ocorrer, sob os seus olhos, neste caso tão desatentos. A Rua Augusta - integralmente caseada ainda no consulado de Pombal (Silva, 1997: 39) – é mencionada uma vez, quando ali assistiu a uma procissão dedicada a Santo António (p. 60), mas sem qualquer observação sobre o sítio. Noutra ocasião, é possível que a ela se refira, quando diz que, no interior do “Paço”, na Praça do Comércio”, se debruçou numa varanda “que domina uma das maiores vias públicas de Lisboa” (p. 173).

No entanto, atravessou algumas vezes o Rossio – “a grande Praça onde fica o Palácio da Inquisição” (p. 167) – foi à Igreja de S. Domingos, deliciou-se com a música nos Mártires, e, por mais de uma vez, foi ao teatro, à Rua dos Condes e ao Salitre (p. 147, 143). Sobretudo, frequentemente atravessou a Praça do Comércio, como já atrás referi. Como não ver a grande obra que estava a decorrer, como compreender que os amigos não lhe tenham falado do velho e desaparecido Terreiro do Paço?

Na minha opinião, interessa responder a estas questões. Mas, antes, há que recordar um facto frequentemente obliterado: D. Maria, desde 1780, muitas vezes estanciava no “Paço na Praça do Comércio”, na designação de Beckford<sup>9</sup>. Tratava-se de uma instalação improvisada nos edifícios da ala norte da Praça, entre o que era o espaço ainda vacante para o Arco da Rua Augusta e o edifício da Câmara Municipal de Lisboa, ligados entre si por um passadiço sobre a Rua do Ouro<sup>10</sup>.

Aproveitando as funções de Camareiro-Mor do Marquês de Marialva, Beckford tanto visitou a Real Barraca na Ajuda – cujos aposentos considerou “tudo o que há de mais mesquinho” (p. 167) – como este Paço de que evoca “os vastos corredores” e a já referida “varanda que domina uma das maiores vias públicas de Lisboa” (p. 173). Mas o que mais o impressiona é “a multidão que andava na rua, de todas as classes, cores e nações, velhos e novos, válidos e inválidos, frades e oficiais”, além de “cardumes de mendigos (que) vinham desaguar de todos os quarteirões da cidade, na esperança de arranjam lugar junto aos portões do palácio para verem sair a rainha” (p. 173). A razão de ser desta atenção era a consabida generosidade de D. Maria I que fazia distribuir moedas por entre a turba. Num dos passeios pela “costa de Belém”, cruzou-se com “grande número de carruagens a caminho da Grande Praça que vai ser iluminada com luzes”. Esperava-se “que a família real apareça às janelas da Casa do Senado, e deve haver fogo de vista e uma grande fogueira à volta da qual os pescadores e as ninfas do Tejo dançarão o fadango, dando estalos com os dedos”<sup>11</sup> (p. 76).

Esta vivência da Praça, documentada em diversos trajectos do autor, sugere o passado do desaparecido Terreiro do Paço, mais do que os usos, ainda a instalarem-se, da Praça do Comércio<sup>12</sup>. A família real ficara sem Palácio, na sequência do Plano da Reconstrução, mas D. Maria I, que ali nascera no reinado de seu avô, D. João V, amava aquela Praça e as suas densas memórias. Foi aí que decorreu a cerimónia da sua aclamação, em 13 de Maio de 1777, tendo o Terreiro sido transmutado pela cenografia do arquitecto Mateus Vicente. Além da extensa galeria de madeira que foi erguida, foi necessário criar instalações para a família real e a corte. Por isso “o espaço até então ocupado pelos

tribunais que tinham sido deslocados para outras dependências encontraram-se transformados. Dividiram-se compartimentos, abriram-se portas para criar salas de jantar, salas de estar e câmaras”<sup>13</sup>.

É bem possível que o “Paço” visitado por Beckford na “Grande Praça” tenha tido esta origem efémera mas que, como era habitual naquela cidade traumatizada, se transformou em definitivo, durante o reinado de D. Maria I. E de tal forma ele se tornou uma representação simbólica coerente, elidindo a perda radical que o Terramoto propiciara, que, em 1792, quando se fez público a doença da Rainha, o arquitecto José da Costa e Silva foi encarregado, pelo Presidente do Real Erário, de propor “o modo em que se poderiam reduzir as fábricas existentes na grande Praça do Comércio a uma cómoda e decorosa habitação para Sua Majestade e Real Família”.

Costa e Silva respondeu com uma crítica feroz à Praça existente, referindo, por exemplo, “as arcadas estreitas, baixas, e miseráveis” ou “a monotonia, que reina em todos os edificios, e em todas as partes deles, contrária aos preceitos do bom gosto, faz que a vista deles seja bastante desagradável”. A solução que apresenta previa “escolher aquela parte que já tem ocupado, e que actualmente habita com a Sua Real Família”, fazendo a entrada pelo Arco da Rua Augusta e sacrificando os seus primeiros quarteirões (Silva, 1997: 165-169).

Afastei-me do relato de Beckford para tentar compreender o seu silêncio sobre o Plano da reconstrução de Lisboa. À época, a Rainha, a sua Corte, mas também o arquitecto José da Costa e Silva, ignoram a grandeza projectual que hoje atribuímos às decisões do Marquês de Pombal e ao Plano gizado por Manuel da Maia, Eugénio dos Santos e, em geral, a equipa de engenheiros militares das Obras Públicas de Lisboa. As razões dessa elisão são políticas e ideológicas, sem dúvida, mas estéticas também, embora neste caso seja necessário introduzir uma análise mais fina: ao contrário do que se disse e, por vezes, se continua a dizer, não se trata de confronto entre o Barroco do passado e o Neo-classicismo nascente, mas da incapacidade de valorizar o espírito militar, pragmático e maneirista do desenho urbano e da arquitectura do Plano Pombalino. Aliás, alguns dos seus principais arquitectos, como Carlos Mardel e mesmo Reinaldo Manuel (no completamento da Basílica da Estrela) realizaram obras com outras referências estéticas que pertencem à cultura barroca e rococó.

Não encontrando nem na memória do Terramoto, nem na Reconstrução da Cidade<sup>14</sup>, um foco de interesse capaz de equilibrar a imaginabilidade do sítio marítimo de Lisboa e das paisagens da sua envolvimento, Beckford constrói outro, denso e comovente: aquilo que designarei pelos valores castiços da cidade<sup>15</sup>.

### **Entre a música sacra, as procissões e as *modinhas* brasileiras**

É complexa a relação de Beckford com o catolicismo que o atrai pela ritualização estética e emotiva dos desempenhos e pelo culto dos santos, especialmente Santo António a quem, ao longo de toda a vida, se dedicou. Em Lisboa, esta atracção teve campo fértil de manifestação, com maior ou menor sinceridade porque foi também um instrumento pragmático, se não cínico, para alcançar simpatia e atenção, capazes de propiciarem a desejada apresentação na Corte.

Mas, para lá do envolvimento em actos de devoção, as igrejas eram lugares referenciais da vida musical e, nesta situação, interessam também Beckford, executor talentoso e conhecedor empenhado. Por isso, é gratificante o modo como ele elogia a qualidade dos músicos e dos cantores, confirmando que a corte de D. Maria I continuou as tradições musicais que tanto apaixonavam o seu pai, D. José.

Numa das primeiras idas à Patriarcal, então instalada em S. Vicente de Fora, Beckford foi apresentado a um jovem músico, Gregório Franchi (p. 38) com quem estabeleceu uma relação estável e profunda, de tal modo que ele acabaria por o seguir para Inglaterra, servindo-o até à morte, como músico, secretário e gestor das suas colecções de arte. Quando se instala no Palácio do Ramalhão, à entrada de Sintra, seguindo o itinerário de veraneio da Corte, Beckford contrata músicos da maior qualidade que, permanentemente, lhe animam os serões, em que ele próprio intervinha, sobretudo através do canto.

Mas a narrativa mais extraordinária dessa paixão pela música, em ambiente religioso, encontra-se nas visitas à Igreja dos Mártires, no “Bairro Alto”, como sempre dirá, referindo-se ao Chiado. Vale a pena citar as suas impressões do dia 21 de Novembro de 1787:

(...) Já era escuro quando chegámos. Como tínhamos vindo muito depressa, afigurou-se-nos encontrarmo-nos de repente, não numa igreja mas num esplêndido teatro, cintilante de luzes e dos fios de lantejoulas. Todos os altares resplandeciam com as suas velas acesas, todas as tribunas estavam engalanadas com reposteiros do mais vistoso damasco da Índia. Centenas de cantores e de músicos executavam as mais animadas e brilhantes sinfonias. Muito bater de leque, muitos risos abafados e muitos namoricos pela espaçosa nave, confortavelmente atapetada para a acomodação de numerosos grupos de senhoras. A concavidade, em frente da entrada principal, onde fica o altar-mor, de tal modo me parecia um palco e era decorado tão à moda das óperas que eu estava sempre à espera de ver a entrada principal do herói ou a descida de qualquer divindade pagã, cercada de cupidos e de rolas. Toda esta ostentação era em honra de Santa Cecília e custeada pela irmandade dos músicos. Devo confessar que tudo isto me alegrou o espírito e me encheu de ideias pagãs (...) (p. 173).

Noutra visita à mesma Igreja – projecto do arquitecto Reinaldo Manuel que inaugurara em 1784, ou seja três anos antes da estadia de Beckford – este aprofunda a sua reflexão:

Fui aos Mártires ouvir as famosas matinas de Perez e a missa dos defuntos de Jommelli executada por todos os principais músicos da Capela Real, para repouso das almas dos seus antepassados. Tão majestosa e comovedora música foi coisa que eu nunca ouvi e que talvez nunca mais oiça, porque a chama do entusiasmo religioso está a apagar-se em quase toda a Europa (...). Mas não só a música, até o sério porte dos executantes e dos sacerdotes que oficiavam, bem como na verdade, de toda a congregação, era de molde a transmitir um solene e religioso terror do mundo de além-campa. (...) Os joelhos batiam-me um de encontro ao outro, um suor frio humedecia-me a testa.

Esta belíssima escrita comunica-nos não só a emoção estética mas a convicção do autor: ali representava-se, com poderosa imaginabilidade, um mundo em vias de extinção, marcado pela significância máxima da vivência religiosa.

Em campo aparentemente oposto, Beckford apaixonou-se pelas *modinhas* brasileiras, “uma espécie original de música, diferente de quanta tenho ouvido, a mais sedutora, a mais voluptuosa que imaginar se pode, a mais calculada para fazer perder a cabeça dos santos e para inspirar delírios profanos” (p. 54). Este tipo de música era então moda nas casas aristocratas e na própria Corte, numa abertura inédita a valores culturais de miscigenização. Noutra ocasião, num serão musical em sua casa, ele afirma que “Os portugueses caem sempre, naturalmente, em modulações de lamentoso tom que me vão direitas ao coração. Os seus minuets são ao mesmo tempo ternos e majestosos. Não posso ouvi-los sem principiar logo a deslizar pela sala e a abandonar-me a atitudes teatrais” (p. 63).

Esta ambiência, simultaneamente pitoresca e exótica, para utilizar termos fundamentais da estética pré-romântica de Beckford, conhece outro ponto alto na assistência à procissão do Corpus Christi:

(...) junto à Patriarcal, descobrimos casas, lojas e palácios, tudo transformado em pavilhões e armado de alto a baixo de damasco vermelho, de tapetes de variegadas cores, de colchas de cetim e de cobertas de cama franjadas a ouro. Julguei-me no meio do acampamento do grão-mongol. A frontaria da grande igreja apresentava-se magnificamente engalanada. O vasto lanço de escadas estava guarnecido pelos arceiros da Guarda Real, com os seus ricos uniformes de veludo multicolor e uma infinidade de clérigos de cruz alçada e estandartes em punho, formando uma das mais teatrais perspectivas que eu ainda contemplei. (...) penetrei na igreja, onde se rezava missa pontifical. Nuvens de incenso erguiam-se no espaço e milhares de pessoas viam-se ajoelhadas. Luz de inúmeras velas faziam cintilar os diamantes e os rubis do ostentório que o patriarca elevava (...).

Vagarosamente, a procissão desceu o lanço de escadas, ao som de cânticos corais e de longínquas salvas de artilharia, perdendo-se numa tortuosa decorada com esplêndidas colgaduras, deixando-me aturdido e os olhos deslumbrados como os de um santo que acabasse de ser visitado por uma visão esplendor (...) (p. 54).

Foi esta a Lisboa que Beckford imortalizou. Ele ignorou a reconstrução urbanística moderna em curso, nunca frequentou as livrarias e botequins, desconhece o início da actividade da Academia das Ciências e outros sinais de crescente civilidade. Mas creio que foi direito ao essencial: o tempo longo de uma cidade intensamente católica em que o catolicismo era um modo de auto-expressão e um instrumento poderoso de afirmação imperial. A cidade transfigurava-se ao longo do calendário religioso mas também das festividades políticas, transmutando as fragilidades da realidade no manto sumptuosa do efêmero em que as artes decorativas, fortemente cenográficas, se apropriavam dos corpos da arquitectura.

### **As artesanias: o elogio do adorno**

São poucas as peças de arquitectura que Beckford elogia em Portugal. A grande excepção é o Aqueduto, “o mais colossal edifício do género da Europa” onde encontra “uma grandiosidade no desenho desta única linha de arcos (...)” (p. 51). Quanto a palácios, igrejas e conventos, afirma, quase sempre sem razão, que lhes falta escala e proporção. No entanto, deixa-se permanentemente cativar pela qualidade da execução, dizendo: “Neste país desenha-se mediocrementemente mas o trabalho de execução é de uma grande perfeição e acabamento” (p. 46). Neste contexto, deslumbra-se, em Mafra, com os mármore, com os capitéis coríntios (“nunca vi nenhum executado com tamanha precisão e finura”), com “os belos estuques” da biblioteca. No Jardim Botânico da Ajuda, que considera “bastante

agradável”, afirma que “nunca vi balastradas com melhor corte ou talha que aquelas que marginam a escadaria que conduz ao terraço” (p. 46).

Mas, se admira as artes decorativas eruditas, o que mais o apaixona são a sua contaminação por um fazer popular que detectou no convento de S. José da Ribamar. É indispensável citar:

O edifício, de traça irregular e pitoresca, eleva-se sobre uma escarpada eminência e tem por fundo uma cerrada mata de olmos, loureiros e olaias. Fomos recebidos por uns frades simples e risonhos que nos conduziram a um pequeno claustro de atarracadas colunas toscanas. Ao centro brincava uma fonte que, espargindo uma profusão de goivos, dava àquele patiozinho, que tanto me agradou, um ar de coisa oriental (...)  
Lancei os olhos ao despenhadeiro sobre a mais lisa praia que imaginar se pode. As ondas, embaladas por uma fresca brisa, quebravam, mansamente, na areia (...) Os frades mostraram-me os seus canteiros de flores, um terraço muito aprazível, é certo, literalmente forrado de ladrilhos, do meio dos quais brotavam maciços de cravos, num gosto que suponho tão antigo que remonta ao domínio dos mouros em Portugal. Latadas de limoeiros e laranjeiras vestiam as paredes e tinham quase escondido um reluzente embrechado de conchas com que um reverendo irmão, dez ou onze anos atrás, as tinha revestido, durante os seus ócios. Contas de vidros, pires e pratos de faiança, com o fundo para fora, eram os principais elementos dessa decoração (p. 41-42).

Repare-se as componentes da imagem de Lisboa, aqui tão esplendorosamente articuladas: a vivência religiosa de um pequeno e modesto convento dos arrabaldes da cidade; a beleza da paisagem de uma finisterra cheia de doçura, onde a vegetação tradicional se debruça sobre uma praia idílica; as marcas mouriscas, tanto da arquitectura (o “patiozinho” com fonte central), como dos pomares e dos canteiros de cravos; a arte popular dos embrechados feita de cacos. Recorda então que já admirara “os embrechados de conchas e cacos em casa de Mr. Devisme, cujo jardim em Benfica, a cerca de uma légua de Lisboa, eclipsa as célebres estátuas de chumbo, templos chineses, serpentinis rios e velhos ermitérios de Bagnigge Wells, White Conduit House e Marylebone” (p. 42).

Na minha opinião, são certas as opções e os gostos do visitante, embora essas componentes naturais e populares, que tanto o cativam, tivessem um contexto de civilidade que permite tal representação. Ele não o ignora embora, em geral, afirme que “em casa dos Marialva não se vê um livro. Esta gente nunca lê” (p. 52). Encontrou uma excepção na Casa do Marquês de Penalva, no Campo de Santa Clara<sup>16</sup>, em que apreciou “a residência cheia de quadros dos melhores mestre das pintura”, “a opulência e bom gosto” da “série de salões”, abertos em sua honra, “as deleitosas músicas compostas por António Leal, um dos mestres de capela da Igreja Patriarcal, e por ele executadas ao cravo”, além do requinte da refeição e – mais uma vez as artesanias – “as toalhas e guardanapos (que) eram lindíssimos” (p. 52).

### **Do desgosto à saudade**

Menos de um mês depois da chegada a Lisboa, Beckford, em 4 de Junho, escrevia com azedume:

Quanto mais conheço Lisboa, menos gosto da cidade. Não tem nem a riqueza nem a dignidade de uma capital. Parece antes uma série de feios povoados ligados uns aos outros. As igrejas, em geral, são desprezivelmente pequenas e tão deficientes do ponto de vista da arquitectura, que só posso compará-las a certas vistas imaginárias dos templos

mexicanos que se encontram nos atlas holandeses (...) refere-se aos ornatos das torres que compara a caixas de relógios franceses (...) (p. 50).

Quatro meses depois, 15 de Outubro, auto analisa-se através do seu progressivo encantamento:

Agora que vou deixá-la, já Lisboa me não parece nem tão estúpida, nem tão barulhenta, nem tão desagradável como até aqui. Não posso apartar os olhos da alegre e luminosa superfície do rio. Tenho mil projectos para largos passeios de barco e para ouvir música e merendar à sombra dos caramanchéis de parreiras que ficam ao longo das suas margens. É assim a perversidade da natureza humana: só quando perdemos ou estamos para perder qualquer coisa é que essa qualquer nos parece digna da nossa estima (p. 146-7).

Para quem nunca foi um “homem de cidade” (Watkin, 2002: 94-95)<sup>17</sup>, a imaginabilidade de Lisboa residia na beleza da natureza e na possibilidade de a fruir, numa *aurea mediocritas* ecléctica em que o romantismo se alicerçava em rituais que haviam pertencido a todos os ciclos do classicismo. Lisboa, era também, como vimos, as marcas exóticas, quer mouriscas, quer brasileiras, e uma vivência teatralizada do catolicismo. Era finalmente a afectividade dos amigos que encontrou, especialmente os Marialva. Sem dúvida que foi por isso que voltou, de 1793 a 1795, instando-se então numa casa próxima do Convento de S. José de Ribamar (enquanto a casa da Cova da Moura estava em obras) e, em Sintra, no palácio de Monserrate que subarrendou a Gerard Devisme (Araújo, 1988:177-214), ponto de partida para as visitas de que resultou o livro *Recollections of na Excursion to the Monasteries of Alcobaca e Batalha*, publicado em 1835. Voltaria mais duas vezes, em 1795-6 e 1798-9. Infelizmente, não escreveu então nenhum diário... Mas em 19 de Novembro de 1804 escrevia a Jacinto Bandeira, afirmando que “o meu afecto por Portugal e o meu desejo de lá voltar não desaparecerão senão com a minha existência” (Pires, 1987: 121).

## Referências

ARAÚJO, A. O Palácio neogótico de Monserrate e a sua leitura ao longo do pré-romantismo (1791-1836) In: *Romantismo - Sintra nos itinerários em movimento. Actas do I Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo*. Sintra: Instituto de Sintra, 1988.

ARGAN, G.C. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DIÁRIO DE WILLIAM BECKFORD EM PORTUGAL E ESPANHA. Introdução e notas de Boyd Alexander. Tradução de João Gaspar Simões. 2ª edição. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983.

FARIA, M.F. A Praça Real do Tejo. In: *Praças reais. Passado, presente e futuro*. Colóquio Internacional. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

GOITIA, F.C. *Breve história do urbanismo*. Lisboa, Presença, 1996 (1ª ed. 1982).

LYNCH, K. *A imagem da cidade*. Lisboa: Ed. 70, 1982.

MATOS, J.S.; PAULO, J.F. *Caminho do Oriente. Guia histórico*. Vol. II. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p.115-121.

MATOS, J. M. O Palácio de Castelo Melhor, *Monumentos. Revista semestral de Edifícios e Monumentos*, n. 11. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1999, p. 14-19.

MUSEU DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Do Palácio de Belém*. Catálogo de exposição. Comissariado de Diogo Gaspar. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2005.

PIRES, M. L. B. *William Beckford e Portugal*. Lisboa, Edições 70: 1987.

RAMOS, L. de O. *D. Maria I*. Col. Reis de Portugal. Lisboa: Temas e Debates e Círculo de Leitores, 2010.

SEQUEIRA, G.M. *O Carmo e a Trindade*. 1º vol. Lisboa: Câmara Municipal, 1939.

SILVA, R. H. da. *Lisboa romântica. Urbanismo e Arquitectura, 1777-1879*. Tese de doutoramento em História da Arte. Lisboa, Faculdade de

Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997.

WATKIN, D. Beckford, Soane and Hope. The psychology of the collector. In: OSTERGARD, D.R. (ed.). *William Beckford 1760-1844: an eye for the magnificent*. New Haven and London: Yale University Press, 2002.

## Notas

\* Esta texto desenvolve textos anteriores, nomeadamente da minha dissertação de doutoramento *Lisboa Romântico. Urbanismo e Arquitectura*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997 (policopiado). Embora utilize a totalidade do *Diário*, preferi restringir-me a Lisboa, deixando assim de parte apontamentos muito importantes sobre Sintra e a visita a Maфра. Ao longo do texto, utilizarei frequentemente citações do *Diário*, indicando entre parênteses a respectiva página, na tradução usada de João Gaspar Simões.

\*\* Docente e investigadora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. E-mail: raquelhs10@gmail.com.

<sup>1</sup> Editado, pela primeira vez, com o título *The image of the city*, pelo Massachusetts Institute of Technology, em 1960. No primeiro capítulo deste estudo clássico, Kevin Lynch define 'imaginabilidade': "aquela qualidade de um objecto físico que lhe dá uma grande probabilidade de evocar uma imagem forte num dado observador". Logo a seguir afirma que "também pode ser chamada *legibilidade* ou talvez *visibilidade* em sentido figurado, onde os objectos se podem não apenas ver, mas também são apresentados de uma forma definida e intensa aos nossos sentidos" (1982: 20).

<sup>2</sup> No Prefácio a esta 4ª ed. (posterior à morte de Argan, ocorrida em 1992), Bruno Contardi esclarece que o texto "A história da arte", de que retirámos o excerto citado, foi publicado, pela primeira vez, em 1969, no primeiro número de *História da Arte*, revista fundada e dirigida por Argan. Afirma também que, neste texto, "a cidade é lida como Gesamtkunstwerk, e a arte encarada como 'actividade tipicamente urbana, não apenas inerente, mas constitutiva da cidade'" (1998: 2).

<sup>3</sup> O grande amigo de Beckford é Diogo José Vito de Meneses Coutinho (1739-1803), mas a "oferta da Quinta da Praia", por aquele referida deve ter sido feita ao 4º Marquês, que Beckford trata por "o velho Marquês", Pedro José de Menezes Coutinho (1713-1799) (Museu da Presidência da República, 2005).

<sup>4</sup> Doravante, todas as remissões contendo apenas as páginas são referências ao *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*. Com introdução e notas de Boyd Alexander, traduzido por João Gaspar Simões (*Diário...*, 1983) [N.E.].

<sup>5</sup> Neste relato, Beckford comete alguns erros - designa o rei por 'D. José II' e data o terramoto de '57' - devidamente assinalados e ressalvados na edição utilizada. Ver pág. 78 e respectivas notas.

<sup>6</sup> Nas preciosas notas que acompanham a edição do *Diário*, afirma-se que "a íngreme ladeira" é a actual Rua Garrett. A mim parece-me mais verosímil que seja a Calçada de S. Francisco. Mas, num caso ou outro, há a registar a permanência, em sítio, de escombros do terramoto, o que é totalmente verosímil, embora tivessem já decorrido 22 anos depois da catástrofe. Aliás, as obras no Chiado só começam em força no final da década de 1880 (Silva, 1997).

<sup>7</sup> Esta hipótese é, no entanto, bastante incerta porque a designação 'Chiado', correspondendo sensivelmente ao troço inferior da actual Rua Garrett - próximo do cruzamento com as actuais Rua do Carmo e Rua do Almada - está documentada desde 1586 (Sequeira, 1939: 247).

<sup>8</sup> Neste artigo, o autor publica e analisa um desenho de fachada do Palácio Marialva, assinado pelo arquitecto Eugénio dos Santos. No entanto, como bem afirma Sarmiento de Matos, 'não terá passado de mera intenção sem consequências práticas'.

<sup>9</sup> É designado 'Paço de Lisboa' no 'lançamento das despesas arquivadas no fundo do Erário Régio', segundo a investigação cuidada de Miguel Figueira de Faria (2006: 210).

<sup>10</sup> Ver análise circunstanciada e rigorosa do Paço na Praça do Comércio (Faria, 2006: 210-212).

<sup>11</sup> Sobre a importância da música na corte de D. Maria I, tanto a erudita como a popular, ver "Vozes da cidade: música no espaço público de Lisboa no final do Antigo Regime" (Faria, 2006: 23-43). Acrescente-se que este relato de Beckford tem a data de 29 de junho, devendo admitir-se que as festas na Praça do Comércio estivessem relacionadas com os festejos do S. João, celebrado a 24 de junho.

<sup>12</sup> No dia 5 de agosto, Beckford passa pelo "Terreiro do Paço", registando "uma luz suave sobre o rio" e "venturosos pares à sombra da estátua" (p. 101). Esta é a única referência que faz ao monumento celebratório de D. José I.

---

<sup>13</sup> In: Maria Manuela Milheiro. *Festa pompa e ritual. A aclamação de D. Maria I.* Consultado em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7527.pdf>>. Acedido em: 19 nov. 2011. Este importante artigo baseia-se num manuscrito (n. 349) do Arquivo Distrital de Braga.

<sup>14</sup> Não cabe, na economia deste texto, a análise de outras relevantes referências de Beckford a diversas arquitecturas de Lisboa, nomeadamente as resultantes das visitas a três importantes casas de Lisboa acabadas de edificar: os Palácios do Barão de Quintela (o das Laranjeiras e o da Rua do Alecrim) e a casa nobre de João Ferreira, na Rua Garrett.

<sup>15</sup> Sobre o conceito de “valores castiços” no urbanismo ver: (Goitia, 1996).

<sup>16</sup> Beckford não designa o sítio, senão como “eminência perto da Patriarcal, (...) domina esta admirável superfície do Tejo que sempre me traz à lembrança o lago de Genebra” 84 julho, p, 83, por ocasião da visita “a casa do marquês de Lavradio”.

<sup>17</sup> Vale a pena citar todo o extracto que ajuda a compreender melhor a personagem: ‘A self-sufficient rustic existence, based on properly regulated agriculture, was close to Beckford’s social ideal. He was never a city man and had little sympathy with or understanding of the commercial and preindustrial urban development in his own country (...). Beckford was no democrat, as he himself attested, but he had some feeling and concern for the livelihood of the community around him. He also had a true love of nature (...).’

Artigo recebido em março de 2019. Aprovado em abril de 2019.